

As Relações entre a Arquivologia e a Agenda 2030: mapeamento da produção na Base de Dados em Ciência da Informação-BRAPCI

The relations between Archival Science and 2030 Agenda: production mapping at Information Science-BRAPCI Database

24

 Alexandre de Souza Costa¹ Érica Patrícia Gomes² Taiane Figueiredo da Silva³

RESUMO

Em virtude das crescentes discussões e dos efeitos negativos acerca dos impactos ambientais da atividade humana sobre os recursos naturais do planeta Terra, este trabalho propõe um mapeamento da produção na Base de Dados em Ciência da Informação - BRAPCI, onde se pretendeu identificar a relação estabelecida entre a Arquivologia e a Agenda 2030 por meio da interpretação dos autores que já abordaram a mesma temática. O objetivo foi analisar iniciativas de aproximação entre a Arquivologia e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU por meio de levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação. Após a realização da busca através da combinação das palavras-chave correspondentes, 10 trabalhos foram encontrados, uma soma que pode ser considerada inexpressiva se reconhecermos a relevância da temática do desenvolvimento sustentável para uma prática profissional consciente e alinhada com as necessidades sociais do presente. Sendo a Agenda 2030 uma agenda global apresentada pelas Nações Unidas em 2015 que engloba os eixos ambiental, econômico e social e com prazo de ação até o ano de 2030 e a Arquivologia, uma ciência que acompanha a evolução humana através do registro da informação, percebeu-se que, opondo-se a um possível conflito de interesses, há mais relação de afinidades e que, se conferido mais investimentos, pesquisas e planos de ação nessa relação afirmativa, vem a ser conveniente e benéfico a todos os envolvidos.

Palavras-chave: Agenda 2030; Arquivologia; BRAPCI; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Due to the growing discussions and negative effects regarding the environmental impacts of human activity on the natural resources of planet Earth, this work proposes a production mapping in the Information Science Database - BRAPCI, where the aim was to identify the relationship established between Archival Science and the 2030 Agenda through the interpretation of authors who have already addressed the same topic. The general objective was to analyze initiatives to bring Archival Science closer to the 2030 Agenda of the United Nations - UN through a bibliographic survey in the Information Science Database. After searching by combining the corresponding keywords, 10 publications were encountered, a sum that can be considered insignificant if one considers the relevance of the theme of sustainable development for a conscious professional practice aligned with the present social needs. Since the 2030 Agenda is a global agenda presented by the United Nations in 2015 that encompasses the environmental, economic

¹ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8923817358777809>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2500-7909>. E-mail: acosta@ufam.edu.br.

² Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1194925742300681>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0007-3147-7839>. E-mail: erica7.pg@gmail.com.

³ Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3282143245105956>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-7738-3592>. E-mail: taiane.arquivista@gmail.com.

and social axes and with a deadline for action until the year 2030 and Archival Science, a science that follows human evolution through the recording of information, realized It is understood that, opposing a possible conflict of interests, there is more affinity and that, if more investments, research and action plans are made in this affirmative relationship, it will be convenient and beneficial for everyone involved.

Keywords: 2030 Agenda; Archival science; BRAPCI; Sustainable Development Goals.

Data de submissão: 15.03.2025. Data de aprovação: 03.09.2025. Data de publicação: 26.01.2026.

1 INTRODUÇÃO

A importância dos arquivos para a sociedade amplia os “estudos especiais para o papel dos arquivos na garantia dos direitos humanos e promoção da justiça social” (Araújo; Oliveira; Carvalho, 2023, p. 1277). Segundo Santos, Pinto e Vitorino (2022), os arquivos guardados para os Objetivos da Agenda 2030 da ONU, principalmente no que se refere à informação, promovendo o acesso, a transparência e o combate à corrupção. O Princípio 10 da Declaração do Rio 92 reforça essa importância ao afirmar que os Estados devem disponibilizar informações ao público.

Os arquivos possuem a capacidade de “armazenar a memória coletiva e facilitar a tomada de decisão” (Sandrini; Rocha Neto, 2022, p. 3), permitindo que a população tenha acesso a registros históricos e compreenda as atividades do Estado. Um exemplo dessa conexão entre memória e patrimônio cultural é a meta 11.4 da Agenda 2030, que visa proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural. No contexto arquivístico, a preservação documental implica selecionar o que será mantido como testemunho social, o que exige gestão criteriosa e, muitas vezes, colaboração multidisciplinar (Tanno, 2018).

O presente artigo, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, busca analisar a relação entre Arquivologia e a Agenda 2030 por meio de um levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Os objetivos específicos incluem identificar produções arquivísticas relacionadas à Agenda 2030, explorar os dados levantados e entender a clareza entre Arquivologia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O recorte temporal compreende o período de 2015, quando a Agenda foi criada, até março de 2024.

A pesquisa utiliza o BRAPCI como fonte principal, combinando as palavras-chave “agenda 2030”, “arquivologia” e “objetivos de desenvolvimento sustentável” para mapear a produção acadêmica. O trabalho está estruturado em sete tópicos: introdução ao tema; aspectos teórico-conceituais da Arquivologia; contextualização da Agenda 2030; análise das conexões

entre Arquivologia e Agenda 2030; justificativa da escolha da BRAPCI como fonte de dados; apresentação e análise dos dados levantados; e, por fim, as considerações finais.

2 A ARQUIVOLOGIA NA PÓS-MODERNIDADE

Na evolução da Arquivologia de disciplina para campo científico consolidado, Rocha e Silva (2023) destacam a relevância da Ciência da Informação como base para seu desenvolvimento. Inicialmente, a Arquivologia era vista como uma disciplina técnica voltada para a guarda e preservação documental (Fonseca, 2005, p. 55).

Os conceitos de arquivo orgânico, central e único foram influenciados pelo modelo francês, com a criação do Arquivo Nacional da França em 1789, que serviu de inspiração para a Europa e as Américas (Fonseca, 2005, p. 39, 40). Decisões políticas desempenharam um papel fundamental na construção dos princípios da Arquivologia e na gestão dos arquivos institucionais.

A Arquivologia pós-moderna, termo originado no Canadá, rompeu paradigmas e incorporou influências norte-americanas, além da europeia, sofrendo constantes mudanças impulsionadas pelas tecnologias da informação (Fonseca, 2005, p. 57-60). Obras traduzidas pelo arquivista Theodore Roosevelt Schellenberg reforçaram a influência pragmática e técnica dos EUA no ensino arquivístico, junto à tradição historicista francesa (Tanus; Araújo, 2013, p. 88).

Segundo Fonseca (2005, p. 57), há duas abordagens predominantes sobre o campo arquivístico: uma que enfatiza a mudança de paradigma e outra que o insere na pós-modernidade. Ambas contribuem para o reconhecimento da Arquivologia como área autônoma de conhecimento.

No Brasil, a Arquivologia adquiriu status científico a partir de 1970, inspirada por modelos estrangeiros diversos (francês, americano, espanhol, português e canadense). Com o tempo, essas influências se diluíram nas contribuições recebidas, adaptadas às necessidades brasileiras (Tanus; Araújo, 2013, p. 89).

A criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971 foi um marco para conquistas subsequentes (Fonseca, 2005, p. 67). Na década de 1980, o Arquivo Nacional assumiu papel central no fortalecimento das instituições arquivísticas públicas (Fonseca, 2005, p. 68). Atualmente, o Arquivo Nacional integra o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e tem como missão implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, conforme definido pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq (Brasil, AN, 2023).

Nos anos 1990, consolidou-se a Universidade como espaço acadêmico relevante para a Arquivologia (Fonseca, 2005, p. 70). Em 1991, a criação do Conarq pela Lei 8.159 marcou a formulação da Política Nacional de Arquivos e sua liderança normativa (Fonseca, 2005). Suas publicações são referência para práticas arquivísticas no Brasil e na América Latina (Brasil; CONARQ, 2023).

Atualmente, observa-se um novo momento formativo na Arquivologia, caracterizado pela aproximação institucional e científica com a Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação (Tanus; Araújo, 2013).

2.1 Informação Arquivística

A informação, conforme Fonseca (2005, p. 10), não é exclusiva da Arquivologia, mas resulta dos documentos de arquivo, os quais representam um produto essencial do funcionamento da sociedade organizada (Delmas, 2010, p. 19).

No contexto do direito à cidadania, Morigi e Veiga (2007) consideram a informação um meio essencial para a participação cidadã, embora ressaltem que, apesar de não garantir plenamente a cidadania, sua ausência impossibilita a conquista integral dos demais direitos (Morigi; Veiga, 2007, p. 31). A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), assegura o direito de acesso à informação, promovendo a transparência governamental e o combate à corrupção (Brasil, 2011). Nesse sentido, o acesso à informação tornou-se um instrumento relevante para monitorar a atuação dos governos e a gestão dos recursos públicos (Hollós, 2014, p. 14).

Em relação à informação digital, Hollós (2014) discute a desterritorialização da informação, destacando que esta não está mais restrita a suportes analógicos e que sua autenticidade e confiabilidade devem ser preservadas ao longo do tempo (Hollós, 2014, p. 12). A digitalização tornou a informação fluida e onipresente, aumentando a responsabilidade dos arquivos na proteção dos acervos contra destruição e na garantia de acessibilidade e autenticidade para as gerações futuras (Hollós, 2014, p. 13).

Os arquivos são definidos como documentos reunidos por indivíduos ou instituições para atender a necessidades específicas, formando um conjunto orgânico denominado fundo de arquivo, preservado para uso futuro (Delmas, 2010, p. 56). A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, estabelece que a proteção dos documentos é um dever do Poder Público, garantindo seu valor administrativo, cultural, científico e probatório (Brasil, 1991, cap. I, art. 1º). Ainda

segundo a mesma lei, arquivos são conjuntos de documentos produzidos e recebidos por entidades públicas e privadas no exercício de suas atividades, independentemente do suporte ou da natureza da informação (Brasil, 1991, cap. I, art. 2º).

Delmas (2010) aponta quatro funções fundamentais dos arquivos: (i) provar, (ii) lembrar, (iii) compreender e (iv) identificar. Provar protege direitos; lembrar permite aprendizado e tomada de decisões; compreender ajuda a conhecer ações passadas; e identificar promove a coesão social. Como afirma o autor, “os símbolos e as histórias devem ser fundados sobre provas e animados pela lembrança, pela referência que a eles se faz, a comemoração, a identificação” (Delmas, 2010, p. 40).

Arquivos públicos, definidos como documentos gerados e recebidos por órgãos públicos no exercício de suas funções (Brasil, 1991, cap. II, art. 7º), são gerenciados por meio da gestão de documentos. Esta compreende um conjunto de procedimentos técnicos para produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, assegurando sua eliminação ou preservação permanente (Brasil, 1991, cap. I, art. 3º). A gestão de documentos é a aplicação prática da teoria arquivística, garantindo o funcionamento das instituições, seu reconhecimento social e a preservação da memória institucional.

2.2 O Papel da Arquivologia na sociedade

Em um trecho poético alusivo ao arquivo, é dito que ele, “[...] disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e a mais evidente é a de ser lido pelos outros” (Farge, 2009, p. 13). Nesse sentido, a informação do Arquivo permite aos usuários, conforme entendimento de Morigi e Veiga (2007), sair da condição de passividade para uma condição em que a procura por conhecimento se torna um incentivo na busca por mais conhecimento a fim de tomar uma decisão assertiva.

E é por meio da aplicação de políticas de informação que, segundo Hollós (2014, p. 70), a relação Estado-sociedade se torna mais transparente. O arquivo é um espaço público informacional qualificado, configurando-se cada vez mais como um centro de informação, podendo compor com a imprensa a tarefa de mediação da esfera pública, fundamental para a manutenção das práticas democráticas (Morigi; Veiga, 2007, p. 36).

Para Oliveira e Araújo (2023), o arquivo possui um valor cultural, informativo e de memória e que, portanto, na prática arquivística, deve-se direcionar uma avaliação focada nesses aspectos. Sendo o arquivo um lugar onde é possível manter práticas democráticas, o

arquivista tem um papel de grande importância para a sociedade pois, uma vez que gerencia a informação sob sua custódia, dispor o acesso a essa informação contribuirá para um espaço de exercício da cidadania.

3 AGENDA 2030 DA ONU: PREÂMBULOS, CRIAÇÃO E ATUALIDADE

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi formalmente adotada por todos os 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, por meio da Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral. Intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, o documento é resultado de um processo negociação multilateral que envolveu governos, sociedade civil, setor privado e outros atores internacionais, consolidando-se como um plano de ação global estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. A Agenda busca equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental –, com prazo de implementação até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Mas a verdade é que esse tipo de discussão não tem muito tempo que está presente na história do homem na Terra. O primeiro despertar para a necessidade de uma atenção especial dada aos impactos ambientais decorrentes da atividade humana surgiu com a publicação do livro *A Primavera Silenciosa* de Rachel Carson em 1962. Nesse tempo, após 17 anos da criação da Organização das Nações Unidas, o movimento ambientalista ganhou um novo impulso, conforme publicação no site oficial da ONU no Brasil (2020). Ainda conforme a mesma publicação, a visão ambiental tornou-se um “fenômeno global” e, a partir de então, o tema foi levado mais a sério, o que se pode comprovar com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em 1972 em Estocolmo, na Suécia. Desde então, muitas outras conferências e publicações se sucederam.

A Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) são programas importantes criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) que estudam, regulamentam, estabelecem diretrizes e princípios e posicionam-se contra os impactos negativos das atividades econômicas sobre os recursos naturais finitos do planeta Terra. Dessa forma, a ONU tem trazido contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável, assim como já vinha trabalhando em suas pautas relacionadas à “paz, segurança, finanças, saúde e comércio” (ONU BR, 2020).

A implementação da Agenda 2030 no Brasil, no entanto, esbarra em significativos desafios. De acordo com o Relatório Luz 2024 do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA 2030), o país apresenta retrocessos preocupantes em metas relacionadas à redução de desigualdades, transparência e acesso à informação. Esse contexto de fragilidade institucional ressalta a importância estratégica de arquivos bem geridos, que se tornam ferramentas para o controle social, a fiscalização e a promoção da accountability, elementos para a retomada do caminho do desenvolvimento sustentável.

3.1 A Organização das Nações Unidas e a Carta das Nações

A Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Nova Iorque, foi fundada em 24 de outubro de 1945, com 51 Estados-membros, promovendo a paz, a justiça e os direitos das pessoas. Sua criação ocorreu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, evidenciada pelas primeiras linhas de sua Carta Fundadora: “Nós, o povo das Nações Unidas, decidimos: preservar as gerações futuras do flagelo da guerra que por duas vezes durante a nossa vida infligiu um sofrimento indescritível à humanidade[...]” (ONU, 1945, tradução nossa). A Carta das Nações Unidas foi sancionada em 26 de junho de 1945, em São Francisco, e sofreu três alterações ao longo do tempo: em 1963, 1965 e 1973. Atualmente, a ONU conta com 193 Estados-membros comprometidos com metas globais, como o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza extrema e a proteção dos direitos universais.

3.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada em 10 de dezembro de 1948, em Paris, pela Assembleia Geral da ONU. Foi o primeiro documento específico voltado para a promoção dos direitos humanos, dirigido como normativo para todos os povos e nações. No preâmbulo, a Assembleia Geral estabelece que a DUDH deve ser um “ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações” para garantir o reconhecimento e a aplicação universal dos direitos e liberdades fundamentais (ONU; DUDH, 1948). A Carta contém 30 artigos que enfatizam a dignidade humana como base da liberdade, da justiça e da paz: “[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz

no mundo” (ONU; DUDH, 1948). Desde então, diversas conferências e tratados foram realizados com o objetivo de consolidar a paz, a justiça e o desenvolvimento sustentável no mundo.

31

3.3 A Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente

Os debates sobre os impactos da atividade humana no meio ambiente se intensificaram após a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. A primeira grande conferência da ONU sobre o tema foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo. Esse evento marcou a inclusão da temática ambiental na agenda global da ONU, resultando na Declaração de Estocolmo e na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Desde então, a sustentabilidade ambiental tornou-se uma pauta constante nas discussões internacionais.

3.4 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um novo compromisso assumido diante do encerramento do prazo dos 8 Objetivos do Milênio (ODM), uma Agenda Global estabelecida entre 189 países na Cúpula do Milênio, vigente entre 2000 e 2015. No quadro 1, estão os oito objetivos mencionados, que refletem as necessidades mais urgentes da época, se comparados à atual Agenda 2030, que apresenta objetivos e metas mais abrangentes.

Quadro 1 - Os 8 Objetivos do Milênio

Objetivos do Milênio (ODM)	Título
1	Erradicar a pobreza extrema e a fome
2	Alcançar educação primária universal
3	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4	Reduzir a mortalidade infantil
5	Melhorar a saúde materna
6	Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7	Garantir a sustentabilidade ambiental
8	Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria com base na página da ONUBR, 2010.

A Agenda 2030, vigente entre 2015 e 2030, amplia e complementa os ODM e pode ser sintetizada nos “5Ps”: prosperidade, pessoas, planeta, parcerias e paz (Paraná, 2021). No dia 19 de setembro de 2023, o Brasil abriu a Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, reafirmando o compromisso global de desenvolvimento sustentável e a necessidade de apresentar relatórios sobre o progresso da implementação da Agenda 2030.

Durante o evento, houve destaque para a urgência na redução da emissão de gases de efeito estufa. O Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas da ONU alertou que:

Entretanto, as populações menos responsáveis pelas alterações climáticas já estão a sofrer as consequências e precisam de ajuda imediata para se adaptarem e recuperarem das perdas e danos sofridos. É uma questão de equidade e justiça climática que requer atenção imediata dos governos e das organizações financeiras internacionais (ONU, 2023, tradução nossa).

Aprovada em 25 de setembro de 2015, a Agenda 2030 estabelece os 17 ODS como um apelo global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir paz e prosperidade (ONU BR, 2024). O Quadro 2 detalha os 17 ODS.

Quadro 2 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

1 Erradicação da pobreza	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.
2 Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3 Saúde e bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4 Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5 Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

6 Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
7 Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
8 Trabalho decente e crescimento económico	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
9 Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10 Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
11 Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
12 Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
13 Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
14 Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15 Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.
16 Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

17 Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável
---------------------------------------	---

Fonte: Elaborado com base na página da ONUBR, 2024.

Os ODS visam promover uma vida mais justa e de qualidade globalmente. Achim Steiner destaca que “[...] o mais comum é que os benefícios reais dos acordos ambientais das Nações Unidas apareçam anos ou mesmo décadas depois” (ONU BR, 2012). Ele menciona a decisão da Cúpula da Terra de 2002 para a redução de chumbo em combustíveis, cujos benefícios financeiros só foram plenamente calculados anos depois, estimando um impacto positivo de US\$ 2,4 trilhões (ONU BR, 2012).

O relatório “Transformando Nosso Mundo” enfatiza que os ODS “[...] são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU BR, 2015). O Quadro 3 apresenta as dimensões da Agenda 2030.

Quadro 3 - As dimensões da Agenda 2030

Dimensão	ODS	Título
Ambiental	6	Água potável e saneamento
	13	Ação contra a mudança global do clima
	14	Vida na água
	15	Vida terrestre
Econômica	8	Trabalho decente e crescimento econômico
	9	Indústria, inovação e infraestrutura
	10	Redução das desigualdades
	12	Consumo e produção responsáveis
Social	1	Erradicação da pobreza
	2	Fome zero e agricultura sustentável
	3	Saúde e bem-estar
	4	Educação de qualidade
	5	Igualdade de gênero
	7	Energia limpa e acessível
	11	Cidades e comunidades sustentáveis
	16	Paz, justiça e instituições eficazes
Todas	17	Parcerias e meios de implementação

Fonte: Adaptado de Santos, Pinto e Vitorino, 2022, p. 39.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os ODS 35 podem responder às “três crises planetárias” – mudança climática, perda de biodiversidade e poluição (ONU BR, 2021). O relatório “Fazendo as pazes com a Natureza” destaca que a preservação ambiental deve estar alinhada ao combate à pobreza e à fome, sendo essencial para evitar uma catástrofe global.

3.5 Ambições para um futuro breve

Os 8 Objetivos do Milênio foram substituídos, em 2015, pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), iniciando um novo ciclo de 15 anos para o cumprimento de metas mais amplas. No entanto, a seis anos do prazo final da Agenda 2030, parece proposto que todos os objetivos sejam realizados. Ainda assim, existe a possibilidade, desde que haja um compromisso real dos governos e da população.

Questões como desenvolvimento sustentável, meio ambiente e sustentabilidade não são específicas de uma ciência isolada, mas devem ser inseridas em todas as áreas do conhecimento, na agenda governamental e no cotidiano da sociedade. Como agentes transformadores, os indivíduos devem assumir uma postura externa ao bem-estar coletivo.

A criação dos ODS foi precedida por um longo percurso, iniciado nas consequências da Segunda Guerra Mundial e culminando na fundação da ONU. No entanto, mesmo diante da urgência em salvar o planeta e a humanidade, essa jornada ainda está longe de seu fim.

4 ARQUIVOLOGIA, AGENDA 2030 E SUAS INTER-RELAÇÕES

Há uma relação intrínseca entre as atividades-fim da Arquivologia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O compromisso com as diretrizes arquivísticas não exclui a observância da Agenda 2030, mas reforça sua aplicação. A organização dos arquivos, aliada ao esforço individual dos profissionais, pode influenciar positivamente o meio em que está inserida, promovendo a sustentabilidade no âmbito arquivístico.

A Agenda 2030, com seus 17 ODS e 169 metas, tem aplicação direta nas unidades de arquivo, pois todo o planejamento, criação e execução de documentos está ligado à gestão da informação. A ODS 16, que trata da promoção da paz, justiça e instituições eficazes, tem rela-

ção direta com a Arquivologia, pois os arquivos são fundamentais para garantir transparência e acesso à informação. Segundo Schäfer e Silva (2022, p. 656), governos e organizações que implementam a Agenda 2030 necessitam de informações acessíveis, confiáveis e autênticas, tornando os arquivos colaboradores essenciais na efetivação dos ODS.

A meta 16.10, que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, destaca o arquivista como profissional essencial na concretização dos ODS. Conforme Sandrini e Rocha Neto (2022, p. 6), essa meta se relaciona diretamente com a garantia dos direitos humanos e a construção da cidadania. A Declaração de Lyon (2014) reforça que intermediários da informação, como arquivos e bibliotecas, têm papel fundamental no desenvolvimento ao organizar e disponibilizar informações.

Para Soares (2020, p. 666), os arquivos vão além da guarda de documentos, sendo também espaços de memória, cultura e educação. Sua função de avaliação de documentos reduz custos e permite a reciclagem de documentos eliminados, contribuindo para a sustentabilidade. Os arquivos, tanto públicos quanto privados, desempenham papel essencial nas políticas de transparência e memória, conforme enfatiza a AN (2019).

Paes (2007, p. 20) destaca que a função básica do arquivo é tornar a informação disponível, alinhando-se às diretrizes dos ODS. Soares (2020, p. 671-674) exemplifica a contribuição arquivística para os ODS 3 (saúde), 4 (educação), 5 (igualdade de gênero), 8 (trabalho decente) e 16 (paz e justiça). No caso da ODS 16, o direito de acesso à informação é garantido pela Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXIII) e pela Lei 12.527/2011.

A difusão arquivística é um instrumento fundamental na efetivação dos ODS, sendo compreendida como “as ações promovidas pelos arquivos para aproximá-los das comunidades” (Vaisman, 2021, p. 12). Bellotto (2006) identifica três tipos de difusão: editorial, cultural e educativa. Borges e Santos (2023) ressaltam que a difusão cultural facilita o acesso à informação e esclarece fatos históricos.

A gestão de documentos também é essencial para os ODS. Segundo Sandrini e Rocha Neto (2022, p. 8), a organização e disponibilização de informações contribui para decisões mais transparentes e eficazes na alocação de recursos. A relação entre arquivos, gestão de documentos e ODS é indissociável (Sandrini e Rocha Neto, 2022, p. 9).

Delmas (2010, p. 95) propõe a reavaliação dos arquivos sob os aspectos de controle da produção, avaliação de documentos, acesso público e conservação, evitando desperdícios e alinhando-se à sustentabilidade. Assim, a Arquivologia e os ODS compartilham objetivos

comuns, tornando a informação um mecanismo essencial para o desenvolvimento sustentável (ONUBR, 2015).

A relação entre a Arquivologia e a Agenda 2030 estabelece a partir da importância da gestão de documentos para garantir a transparência, o acesso à informação e a preservação da memória institucional. Conforme enfatizado pelos autores da área, os arquivos desempenham um papel fundamental na promoção de sociedades impostas e inclusivas, conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, que trata da promoção de instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

Além disso, a Arquivologia está diretamente ligada à inovação e à digitalização, contribuindo para o avanço tecnológico sustentável (ODS 9), bem como para a preservação da memória cultural (ODS 11). A implementação de políticas arquivísticas eficazes possibilita maior acesso à informação e fortalecimento da governança, reforçando a importância da Arquivologia no cumprimento das metas da Agenda 2030.

4.1 Contribuições da Arquivologia para as metas da Agenda 2030

Esta pesquisa dialoga diretamente com a Agenda 2030 ao evidenciar como a Arquivologia pode operacionalizar e monitorar metas específicas dos ODS, especialmente aquelas relacionadas à transparência, acesso à informação, preservação da memória e accountability. A gestão de documentos e a atuação arquivística são fundamentais para o cumprimento de metas como:

Quadro 4 – Relação entre atividades arquivísticas e metas da Agenda 2030

ODS	Metas	Contribuição da Arquivologia
16.10	Garantir o acesso público à informação e proteger liberdades fundamentais	Gestão, preservação e divulgação de acervos; implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI).
11.4	Proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural	Preservação de documentos históricos e digitais; conservação preventiva de acervos.

4.7	Educação para sustentabilidade e direitos humanos Ações educativas e de difusão cultural em arquivos; disponibilização de fontes primárias.	Ações educativas e de difusão cultural em arquivos; disponibilização de fontes primárias.
5.5	Garantir participação plena das mulheres na vida pública.	Organização de acervos sobre gênero e políticas públicas; visibilidade à história das mulheres.
9.1	Desenvolver infraestruturas resilientes e sustentáveis	Implantação de repositórios digitais e sistemas de gestão de documentos eficientes.
12.5	Reduzir geração de resíduos por meio de prevenção, reciclagem e reuso	Avaliação dos documentos e eliminação criteriosa; reaproveitamento de suportes físicos.

Fonte: Elaboração própria com base na Agenda 2030 (ONU, 2015) e na literatura arquivística.

Dessa forma, a pesquisa contribui para o alcance dessas metas ao mapear e propor caminhos para que arquivos e arquivistas atuem como agentes facilitadores da informação confiável, da memória institucional e do controle social, elementos importantes para o desenvolvimento sustentável.

5 BRAPCI: BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO A BRAPCI

Hospedada desde 2016 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) teve seu nome alterado em 2024 para Base de Dados em Ciência da Informação (permanecendo a mesma sigla, BRAPCI) com a justificativa de que agora dispõe de toda publicação completa e disponível em PDF e por não conter apenas artigos de periódicos em seu repositório.

A plataforma indexa publicações do Brasil e da América Latina, com textos em português e tradução automática para espanhol e inglês, incorporada por inteligência artificial em 2023. Seu objetivo é facilitar a pesquisa acadêmica, especialmente para estudantes lusófonos. O repositório inclui livros, capítulos, artigos, trabalhos de eventos e revistas exclusivas. Criada nos anos 2000, indexa publicações desde 1962 e funciona como um laboratório de pesquisa em recuperação da informação (Bufrem et al., 2010).

Disponibilizando textos gratuitamente, a BRAPCI contribui para a difusão do conhecimento científico e é a principal fonte deste artigo sobre Arquivologia e a Agenda 2030 da ONU.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O mapeamento realizado na BRAPCI revelou um cenário de produção científica incipiente sobre a interface entre Arquivologia e Agenda 2030. A busca exaustiva, utilizando 12 combinações de palavras-chave, resultou em um corpus final de 10 trabalhos. Uma análise mais detalhada, no entanto, evidencia que este número é inflado pela duplicação de conteúdos publicados em formatos distintos (artigo e trabalho em evento), sendo o número real de estudos únicos de apenas 7.

A análise qualitativa desse corpus permitiu identificar os principais eixos temáticos que emergiram da literatura, bem como as fragilidades inerentes a esta produção. A partir da leitura dos resumos e dos temas centrais dos trabalhos, foi possível categorizar as imbricações em quatro eixos principais:

1. **Transparência, Governança e Combate à Desinformação (ODS 16):** Este foi o eixo mais representativo. Estudos destacam o papel fundamental dos arquivos na garantia do acesso público à informação (meta 16.10), no fortalecimento de instituições eficazes e transparentes, e no combate à corrupção e à desinformação. As pesquisas enfatizam que a gestão de documentos é uma ferramenta importante para a accountability e o controle social, posicionando os arquivos como pilares da democracia e da justiça.

2. **Arquivos Específicos e a Garantia de Direitos:** Um conjunto de trabalhos focou em tipos específicos de arquivo e sua relação com direitos fundamentais. Foram explorados os arquivos de registro civil como base para o direito à identidade (diretamente ligado à meta 16.9) e para o cumprimento de múltiplos ODS. Paralelamente, os arquivos comunitários foram analisados como agentes de desenvolvimento local sustentável, inovação decolonial e globalização solidária, atuando na preservação de memórias marginalizadas e fomentando a coesão social.

3. **Sustentabilidade na Prática e na Preservação Arquivística:** Este eixo explora como a própria atividade arquivística pode incorporar os preceitos da sustentabilidade. Incluem-se aqui reflexões sobre a preservação patrimonial de acervos como uma ação direta de salvaguarda do patrimônio cultural (ODS 11.4), e discussões sobre a avaliação dos documentos como

mecanismo para reduzir custos de armazenamento e resíduos, promovendo uma gestão mais eficiente e menos impactante ambientalmente.

4. Contribuições Gerais, Educação e Perspectivas Internacionais: Nesta categoria encontram-se trabalhos de escopo mais amplo, que buscam refletir de maneira geral sobre as possibilidades de contribuição dos arquivos para a Agenda 2030, propondo modelos de gestão alinhados aos ODS. Inclui-se também a análise de abordagens internacionais sobre sustentabilidade em Arquivologia, oferecendo um panorama comparativo e identificando tendências globais que podem ser adaptadas ao contexto brasileiro.

40

Apesar da identificação dessas imbricações, a análise revela fragilidades estruturais. Como, a existência de apenas 7 estudos únicos em quase uma década (2015-2024) sobre um tema de relevância global evidencia sua condição periférica na agenda de pesquisa da Arquivologia brasileira. A repetição de conteúdos em diferentes veículos (ex.: artigo e versão em evento) mascara a escassez real de novas pesquisas e aponta para uma estratégia de divulgação que, embora válida, não amplia o leque de investigações originais.

Também foi identificado que a maioria dos trabalhos se dedica a discutir o potencial de contribuição da Arquivologia. Há uma lacuna de relatos de implementação, estudos de caso e pesquisas que mensurem o impacto real das práticas arquivísticas no cumprimento dos indicadores dos ODS. A produção concentra-se majoritariamente no período de 2021 a 2024, indicando que se trata de um campo de investigação emergente e ainda não consolidado como linha de pesquisa sustentada.

A análise confirma que não há conflito, mas uma profunda sinergia entre os objetivos finais da Arquivologia e os da Agenda 2030. A informação gerida, preservada e difundida pelos arquivos é substrato importante para a transparência, a memória, a justiça social e a cidadania – pilares do desenvolvimento sustentável.

Contudo, as fragilidades identificadas são evidentes. O reduzido número de publicações, portanto, não sinaliza incompatibilidade, mas uma oportunidade crítica e subexplorada. A consolidação desta interface exige um movimento duplo: a ampliação de pesquisas que avancem da identificação do potencial para a proposição de modelos, métricas e casos de aplicação, e uma ação proativa da comunidade arquivística para se afirmar como parte indispensável da solução para os complexos desafios socioambientais e institucionais que o Brasil enfrenta na reta final para 2030.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

41

A análise obtida neste estudo permitiu confirmar a existência sinergia entre a Arquivologia e a Agenda 2030. Os resultados do mapeamento na BRAPCI, embora quantitativamente modestos, com apenas 7 estudos identificados, qualitativamente revelam que os objetivos finais da gestão arquivística – transparência, preservação da memória, garantia de direitos e acesso à informação – são substratos necessários para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A discussão demonstrou que a relação não é meramente teórica, mas operacional. A Arquivologia contribui diretamente para metas específicas da Agenda, principalmente no âmbito do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), por meio da gestão de documentos que assegura a accountability e o combate à corrupção. Ademais, sua atuação estende-se a outras frentes, como a preservação do patrimônio cultural (ODS 11.4), a promoção da educação de qualidade por meio da difusão de acervos (ODS 4.7) e a promoção de uma gestão interna mais sustentável através da avaliação dos documentos e da redução de resíduos.

Contudo, o número pequeno de publicações dedicadas a esta interface entre 2015 e 2024, conforme detectado na BRAPCI, evidencia uma desconexão entre o potencial identificado e a consolidação desta temática na pesquisa arquivística brasileira. A produção concentra-se majoritariamente na identificação de potencialidades e na proposição de modelos, havendo uma lacuna de estudos de caso, relatos de implementação e pesquisas que mensurem o impacto real das práticas arquivísticas nos indicadores dos ODS.

Portanto, conclui-se que o caminho a ser percorrido é duplo. Primeiramente, é importante que a comunidade acadêmica e profissional da Arquivologia reconheça e se aproprie da Agenda 2030 como uma diretriz para a relevância social da profissão, fomentando pesquisas que avancem da reflexão para a aplicação prática e a mensuração de resultados. Paralelamente, é necessário um engajamento mais proativo dos arquivistas junto às instâncias de governança, posicionando os arquivos como infraestruturas críticas de informação para o monitoramento e o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável no país.

A relação entre Arquivologia e Agenda 2030 é de convergência e mútuo fortalecimento. Superar a atual fase incipiente dessa interface é importante não apenas para o amadurecimento científico da área, mas para que os arquivos brasileiros possam efetivamente exercer seu papel como agentes facilitadores de um desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo na reta final para 2030.

REFERÊNCIAS

42

ARAÚJO, Claudialyne da Silva; OLIVEIRA, Danielle Alves de; CARVALHO, Jéssika Maria Borges de. Silenciamento, sofrimento mental e cidadania: o arquivo como espaço de memória e direitos humanos. *In*: PINHA, Mariana Lousada; VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/VBIOa>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BORGES, Wiliana de Araújo; SANTOS, Eliete Correia dos. Ações educativo-culturais e a prática de leitura no arquivo público municipal de Campina Grande-PB. *In*: PINHA, Mariana Lousada; VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/6Y1lC>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: <https://encurtador.com.br/r4tdR>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras exceções. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/MEQg>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Arquivo Nacional**: apresentação. Brasília, 21 set. 202. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/apresentacao-2>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Conselho Nacional de Arquivos**. Brasília, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-conselho>. Acesso em: 07 mar. 2024.

BUFREM, Leilah Santiago. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 22-41, maio 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/DHV9RQMtPKMrRRrdD-MzMVvh/?lang=pt#>. Acesso em: 29 set. 2025.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? **Textos escolhidos**. São Paulo, SP: IFHC, 2010.

FARGE, Arlete. **O Sabor do arquivo**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GTSC A2030). **Relatório Luz 2024**: análise da implementação dos ODS no Brasil. Brasília, 2024. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>. Acesso em: 24 set. 2025.

HOLLÓS, Adriana Cox. **O Futuro da memória digital na administração pública federal brasileira**. 2014. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/801>. Acesso em: 07 mar. 2025.

MORIGI, VJ; VEIGA, A. Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 2, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/MEQT>. Acesso em: 07 mar. 2025.

OLIVEIRA, Danielle Alves de; ARAÚJO, Claudialyne da Silva. Política patrimonial brasileira e o patrimônio arquivístico: disputas e tensões no processo de ressignificação da memória social. In: PINHA, Mariana Lousada; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (org.). Arquivos, democracia e justiça social. São Paulo: ARQ-SP, 2023. v. 1, p. 734-744. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justicasocial_FINAL-1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. Nova York: ONU, 1945. Disponível em: <https://shre.ink/MEQQ>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ONU. **Carta de las Naciones Unidas**. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter/full-text>. Acesso em: 21 set. 2025.

ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo: ONU, 1972. Disponível em: <https://shre.ink/MEQo>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S.l.s.n.], 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: ONU, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/MEQM>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ONU. **Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento**. [S.l.s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>. Acesso em 14 fev. 2024.

ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. ONU: Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://shre.ink/MEQo>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 23 set. 2025.

ONU BR. **A ONU e o meio ambiente**. Brasília: ONU BR, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-eo-meio-ambiente>. Acesso em: 27 jul. 2025.

ONU BR. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são o caminho para responder às 'três crises planetárias'**. 29 abr 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125979-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-3-o-caminho-para-responder-3-as-tras-crises>. Acesso em: 27 set. 2023.

ONU BR. **Quatro décadas de desenvolvimento (Achim Steiner)**. [S.l.s.n.], 14 fev. 2012. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/56952-quatro-decadas-de-desenvolvimento-achimsteiner>. Acesso em: 27 set. 2023.

ONUBR. **Transformando Nosso Mundo: uma agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: ONU BR, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/MEQd>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ONUBR. **Abertura do debate geral da 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU: discurso do secretário-geral da ONU, António Guterres**. Nova York: ONU, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/MEQW>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PARANÁ (Estado). **Portalods: ODM, ODS, hein?** [S.l.]: SESI Paraná, 2021. Disponível em: <https://portalods.com.br/odm-ods-hein>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RELATÓRIO LUZ. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030**. [S.l.s.n.], 2024. Disponível em: https://plan.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Plan-International-Brasil_Relatorio-Luz-2024-PDF.pdf. Acesso em: 12 de dez. de 2025.

ROCHA, Maria Meriane Vieira da; SILVA, Maria Eduarda dos Santos. Produção científica na Arquivologia: um olhar sob a base de dados pesquisa científica brasileira. In: PINHA, Mariana Lousada; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023. v. 1. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justicasocial_FINAL-1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANDRINI, Deiverson Pereira; ROCHA NETO, João Mendes da. Os Arquivos públicos no contexto da Agenda 2030: estudo de caso no Arquivo Público Municipal de Vitória. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 64, p. 1–23, 2022. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1063>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, Luana Lobo; PINTO, Marli Dias de Souza; VITORINO, Elizete Vieira. Arquivistas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem sobre a competência em informação do arquivista na implementação da Agenda 2030. **Informação & Informação**, v. 2, p. 26–48, 2022. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n2p26. Disponível em: <https://shre.ink/MEQs>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SCHÄFER, Murilo Billig; SILVA, Eva Cristina Leite da. Conhecimento e aplicação da agenda 2030 nas unidades de arquivo das instituições federais de ensino superior da Região Sul do Brasil. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v.15, n. 3, p. 647–668, 2022. DOI: 10.26512/rici. v15.n3.2022.41254. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/41254>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SOARES, Ana Paula Alves. Gestão dos arquivos para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 30, n. 61, p. 665–679, 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/938>. Acesso em: 14 fev. 2025.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo**, v. 3, p. 88–101, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/MEQf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TANUS, Gabrielle Francinne S. C.; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 83–102, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p83. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2013v18n37p83>. Acesso em: 7 mar. 2025.

VAISMAN, Priscila Soares. **Difusão em arquivos: uma reflexão sobre o serviço de arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições**. 2021. 134 f. Tese (Doutorado em Memória e Acervos) - Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/17042>. Acesso em:
13 mar. 2025.